



Anais da Assembléia

N.º 37

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NIVALDO ANTÔNIO GRANGE, filho do Sr. Aparecido Grange e Senhora Hortência M. Grange, residentes em Alvorada do Sul, à Rua Emílio de Noronha, 39, cuja família goza de grande prestígio naquela cidade.

O extinto cursava o sexto ano de Medicina em Londrina, onde, por sua marcante personalidade e realizações, soube granjear a simpatia dos que com ele conviviam.

Requer ainda, seja dado conhecimento desta decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) RUBEN VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de apoio e solidariedade aos funcionários da IMPLASP e MODELO, que entram em greve nesta data, como única fórmula e tentativa para a solução do impasse gerado e em torno do atraso no pagamento dos salários daquele quadro funcional.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncia feita pela imprensa, os funcionários da IMPLASP e Modelo (Indústria de Plástico Paranaense), estão com salários atrasados desde o mês de janeiro, sem gozar férias e ainda sem receber horas extras.

Junta-se à denúncia o não recolhimento do FGTS por parte da empresa. Diante tal evento, e após os funcionários tentarem resolver o problema junto à direção da citada empresa e nada terem conseguido, mesmo com o caso levado ao conhecimento da Justiça do Trabalho, inicia-se nesta data movimento paredista como última tentativa para solucionar a crise que atinge mais de 200 funcionários.

Segundo ainda alguns funcionários, os mesmos já estão trabalhando em regime de escravidão, pois sem recebimento pelo trabalho, estão na verdade trabalhando pela comida "sanduíche", fornecido pela empresa.

Para os funcionários, esta medida não é a desejável, mas diante das circunstâncias, a greve é a medida extrema na tentativa de fazer valer seus direitos até então negados.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, General NEY BRAGA, apelando ao mesmo no sentido de encaminhar a esta Casa o anteprojeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil (Lei Complementar n.º 03), uma vez que, esse assunto, é de grande e justo interesse dos servidores ligados à Polícia Civil do Paraná.

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE -- (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 18/81, oriundo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que visa autorizar a realização de plebiscito em área que especifica, do Município de Mamborê, a fim de consultar a sua população visando a criação do Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CALIL HADDAD, ocorrido no dia 25 do corrente, na cidade de Maringá.

O extinto era filho de Nassib e Regina Haddad, tendo deixado os seguintes irmãos: Jorge, Salim, César, Seme e Falzi Haddad, e um vasto círculo de amizade, por ser pessoa benquista.

Da decisão do plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O atual Estatuto da Polícia Civil está, de há muito, ultrapassado. É um diploma que impõe apenas deveres e não direitos. Portanto, um diploma injusto e mais disciplinar. Deixa também de dispor a respeito de inúmeros assuntos ligados aos anseios da classe policial civil do Paraná.

Para que isso tudo possa ser alterado, é mister que o referido diploma possa ser submetido à discussão e apreciação por este Poder Legislativo. Como, por força de dispositivo constitucional, medida esta imposta a partir de 64, ao Parlamentar não cabe a iniciativa de projeto dessa natureza, é que pela segunda vez, em um ano, entendemos de apelar ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo tome a iniciativa que é de sua competência exclusiva e envie o quanto antes possível a mensagem a esta Casa, para que possamos analisá-la e aprová-la de acordo com as aspirações da classe, aspirações estas, diga-se de passagem, das mais antigas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de desagravo ao árbitro paranaense Bráulio Zanoto, que vem sendo injustificado pelos dirigentes do futebol carioca.

Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná não pode calar diante das inúmeras injustiças que vêm sendo cometidas contra o cidadão paranaense Bráulio Zanoto, responsável pela arbitragem da partida entre São Paulo e Botafogo, pelas finais da Copa de Ouro do Campeonato Brasileiro de Clubes.

Está claro que o futebol carioca ficou desmoralizado pela ausência na finalíssima do referido certame. Mesmo porque, seu único representante entre os quatro finalistas, o Botafogo estava ganhando a partida com dois gols de vantagem. A derrota foi até certo, humilhante. Mas, foi uma luta dentro do campo, sem qualquer participação negativa do árbitro paranaense, que pudesse modificar o resultado do jogo.

Conhecemos muito bem o caráter do juiz Bráulio Zanoto, homem honrado e digno. É ele merecedor de nosso apoio, pois representa o setor de arbitragem de nosso Estado. Quando da escalafão deste nome para apitar a partida decisiva, sentimos que a crônica carioca não se conformou. Queria um juiz do eixo Rio-São Paulo. Bráulio apitou com garra, disposição física e conhecimento técnico. Se pequenas falhas ocorreram, é normal numa partida deste porte, pois são situações que dependem muito de interpretação.

Porém, em nenhum momento o juiz prejudicou as equipes em campo. Se o clube carioca perdeu, cabe culpa única e exclusivamente ao jogador Everton (que a crônica carioca esquece de falar que é paranaense) que fez dois gols decisivos para a equipe paulista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Administração, Sr. VILSON RIBAS DECONTO, solicitando a construção do muro que delimita o terreno destinado ao lazer e à prática de educação física dos estudantes do Grupo Escolar "Leopoldo Mercer", no Município de Telêmaco Borba, pois não se

concede que tais práticas sejam realizadas em terreno não vedado, não dando qualquer segurança aos professores e alunos e, conseqüentemente, faltando tranqüilidade às famílias, além do sério risco sofrido pelo prédio escolar.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando imediatas providências no sentido de ser instalado um PS no Distrito de Piquirivai, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos no mesmo sentido, dois requerimentos, um datado de 29 de maio de 1979, e outro em 30 de maio de 1980, ambos aprovados por esta Casa Legislativa.

Somos sabedores que a referida solicitação está em fase de atendimento, pois consta do cronograma de instalação de PS através da TELEPAR, o Distrito de Piquirivai, obra esta que deverá ser executada no segundo semestre do corrente exercício.

Mas vimos insistir na urgência da medida, haja visto a necessidade do atendimento mais breve possível, pois assim a população daquele distrito teria reduzida as suas despesas de locomoção, de tempo e outras que faz, em decorrência de ter que se dirigir a Campo Mourão, por falta de telefone.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Educação, solicitando a criação da escola de 2.º grau, para Jesuítas.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Em se analisando o aumento de escolares na faixa escolar de 2.º Grau no Município de Jesuítas e a atual situação de salas de aula lá existentes, sentimos-nos na obrigação de pleitear junto aos órgãos competentes a urgente criação de escola de 2.º grau, para que os escolares daquele município, em sua maioria filhos de agricultores ou simplesmente trabalhadores, possam continuar lá seus estudos.

Esta medida será de grande valia para os mesmos, pois não precisarão arcar com o pesado ônus que é o transporte, para se deslocarem a municípios próximos.

Ao exposto, solicitamos apoio dos nobres Deputados presentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. NIVALDO DE ALMEIDA NETO, Secretário dos Transportes, solicitando informações sobre o andamento do projeto e da execução de ligação asfáltica, ligando o Município de Telêmaco Borba ao Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que, após manifestação do Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado do Paraná, ofício para que diretamente ou por intermédio dos órgãos do Estado, segundo o disposto no inciso V, do artigo 16 e inciso XVIII, do artigo 47 todos da Constituição Estadual, preste à Casa as seguintes informações:

- a) quais os veículos de comunicação, televisão, rádio, jornais, que mantém com os órgãos do Governo contrato para fins de divulgar atos da administração;
- b) especificar tipo de propaganda, valor de cada contrato e prazo, bem assim à conta de que verba;
- c) qual a justificativa para a vasta propaganda que se vem fazendo, no que tange aos interesses da economia do Estado ou da educação, bem assim ao final de cada anúncio, conter o nome do Senhor Governador e titulares de outros órgãos do Estado, que vêm sendo anunciados candidatos a cargos eletivos nas eleições de 1.982.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.981.

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja solicitado através de ofício, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado General Ney Aminthas de Barros Braga, o envio de mensagem Governamental consubstanciada na doação do terreno, de propriedade do Estado do Paraná, onde se acha edificado o Ginásio de Esportes "Moringão", na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.981.

a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido se justifica, diante da impossibilidade constitucional deste Parlamentar, de elaborar um projeto nesse sentido.

A situação em que se encontra o Ginásio de Esportes "Moringão", edificado em propriedade do Estado, é irregular.

Como forma de regularizar tal situação, é o Sr. Governador do Estado encaminhar a esta Casa, mensagem doando ao Município de Londrina o terreno em questão. Trata-se de reivindicação antiga da AMETUR, autarquia à qual o aludido Ginásio está vinculado. Como o presente apelo constitui em matéria de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, eis a razão desse nosso posicionamento, esperando, é claro, o devido acolhimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. EULER MERLIN, digníssimo Diretor do DER, e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando cascalhamento ou liberação de verba para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeiras (BR 277) até o Rio Piquiri.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.981.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A estrada referida tem aproximadamente 35 Km e liga vasta região produtora de milho, arroz, trigo, soja e feijão,

além da pecuária leiteira e de corte. É um ponto de ligação entre Campina da Lagoa e o Município de Laranjeiras do Sul, iniciando o trecho no Distrito de Nova Laranjeiras, passando pela Vila Paiquere e, por balsa, transpõe o Rio Poiquerê fazendo ligação entre Sudoeste — Oeste do Paraná, evitando volta de quase 150 KM via Cascavel.

A comunidade, há tempo, vem apelando às autoridades locais, porém não tem merecido uma resposta concreta sobre a solução do problema.

Como se trata de equacionar os interesses econômicos e sociais do Estado e da região, fazemos este apelo, sustentando por espírito do dever e mister do desempenho parlamentar. Temos certeza de que essa Secretaria e DER haverão de corresponder positivamente às esperanças daquela parcela de paranaenses, que tanto contribui para o progresso deste Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 33/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.981.

a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto à comunidade de nossa Capital no setor da assistência social e filantropica, principalmente no atendimento ao excepcional.

A documentação que anexamos, comprova o preenchimento das exigências legais previstas para a declaração de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e aprovação do nobre Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 34/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Câmaras do Sudoeste do Paraná — ACAMSOP, com sede e foro na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.981.

a) Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Câmaras do Sudoeste do Paraná — ACAMSOP é uma entidade que visa congrega os integrantes das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, proporcionando dentro das finalidades estatutárias condições técnicas de cooperação visando o bem-estar das comunidades por elas jurisdicionado.

A documentação que anexamos, comprova o preenchimento das exigências legais previstas para que o poder público estadual possa declarar de utilidade pública, o que agora o fazemos, e que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 35/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Att. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOÃO BATISTA, com sede na Rua Rodrigo Otávio n.º 1126, em Curitiba-Pr.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente São João Batista, com sede em Curitiba-Pr, é uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a assistência às pessoas carentes e seus familiares, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, medicamentos e educação.

Encontra-se em pleno funcionamento e seus Estatutos atendem às determinações previstas em lei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, nesta nossa passagem pela tribuna, registrar mais uma vez o sucesso alcançado pela realização da Segunda Feira de Bezerros do Município de Pitanga, no dia 26 do corrente.

Sr. Presidente, mesmo com as dificuldades encontradas principalmente pelos compradores, pelos que estavam inscritos para adquirir bezerros naquela Feira, entendemos que ela foi coroada dos melhores êxitos possíveis, haja visto os números apresentados por ocasião.

Os proprietários vendedores levaram três mil cabeças de bezerros.

Mesmo a capacidade da Feira, a capacidade de acomodações, sendo de três mil e oitocentos, não foi possível o número exato em virtude do mau tempo naquela região, no dia 26 do corrente.

Sr. Presidente, dos três mil bezerros vendidos ao preço médio de Cr\$ 15.850,00 por cabeça, não se justifica que hoje se leia nos jornais, se assista nas televisões que está para se realizar uma reunião do Conselho Monetário, para reduzir o juro quando das realizações das Feiras por todo este território e principalmente nas regiões Oeste do Paraná e Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Perguntaria, Sr. Presidente, será que eles vão fazer a reunião antes do término dessas Feiras ou vão esperar que terminem as Feiras de bezerros do Estado, para que se realize aquela reunião do Conselho Monetário para baixar, para reduzir este absurdo dos juros de setenta e três por cento para aquisição de bezerros, e pasme, Sr. Presidente, eles estão falando em quarenta e oito por cento que seriam fixados os juros.

Seria assim mesmo, Sr. Presidente, quatro por cento ao mês para quem quisesse adquirir um bezerro e eu digo, Sr. Presidente, que o bezerro tem em média, um ano de idade e para que ele se torne um adulto, para que ele seja comercializado com os frigoríficos e os açougues, o adquirente, o fazendeiro, o pecuarista, terá ainda que segurar, terá que tratar desse bezerro por mais dois anos, pagando juros altíssimos ao banco, para poder adquirir este bezerro e eu pergunto e fico aqui a perguntar, Sr. Presidente, mas será que ninguém vai tomar uma providência? Será que o Ministério da Agricultura, será que a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, não poderiam iniciar um movimento, não poderiam usar dos veículos de comunicação para gritar, para pedir?

Todavia, Sr. Presidente, nada se faz, nada se tem feito para amezinar este problema do pecuarista paranaense e do pecuarista brasileiro.

Mas estão aí, Sr. Presidente, os açougues a nos cobrar altos preços, porque hoje a oferta é muito menor que a procura.

E se nós temos todas as condições, se as terras do Paraná principalmente, oferecem à pecuária todas as condições possíveis, para que sejamos um dos maiores produtores de gado do Brasil, mas nos falta, Sr. Presidente, a sensibilidade, nos falta a boa vontade para que cheguemos a um denominador, para que possamos ir a um açougue e adquirir um quilo de carne por um preço justo e razoável.

Mas, isto não acontece e jamais, tenho a impressão, acontecerá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, subo à tribuna, para solicitar o apoio dos demais companheiros da Casa, a um requerimento que dou entrada, solicitando um voto de desagravo ao árbitro paranaense Bráulio Zanotto, que vem sendo injustiçado pela crônica e dirigentes do futebol carioca. E, é bom citar - crônica carioca.

Porque naturalmente, o Paraná não pode ficar omissos diante das injustiças que vêm sendo cometidas contra esse apitador e, conseqüentemente, contra o futebol paranaense. Porque é notório, de que tão logo houve a indicação do árbitro do Paraná para apitar aquela importante partida da Copa de Ouro, a crônica carioca se rebelou e, através de seus astros maiores, suas vedetes, começaram a encetar uma campanha para denegrir o bom nome da arbitragem do Paraná.

Sentimos isso inclusive, no decorrer da partida, quando uma rede de televisão, através de seu comentarista Gerson, ele que defendeu inclusive o "Botafogo de Futebol e Regatas" por várias vezes, acusou o árbitro do Paraná, de estar conduzindo de maneira errada a partida.

O narrador naquela transmissão, também por várias vezes, demonstrou descontentamento pela ausência de um juiz do eixo Rio-São Paulo.

É realmente impossível aceitar tal atitude e por isso, não podemos ficar calados e levantamos a nossa voz, em nome da honra do futebol do Paraná.

Quando um juiz paranaense é indicado para participar de uma decisão, logo aparecem os "coviteiros" do futebol brasileiro a tentar enterrá-lo.

Nós então, não podemos deixar passar despercebido esse detalhe e, por isso, solicitamos este desagravo a um juiz que é honrado, que tem um nome a zelar, que tem conhecimento técnico e que se errou, em pequenas participações naquela partida, é porque naturalmente, depende muito de interpretação.

O futebol carioca está, sem dúvida alguma, humilhado pela ausência de seus clubes na finalíssima do campeonato brasileiro. E agora, quer transferir essa humilhação ao futebol do Paraná, injustificando um de nossas melhores apitadores.

Nada tenho aqui, para naturalmente, defender o apitador, não tenho qualquer tipo de procuração. Mas faço isto em nome do futebol do Paraná. Faço isto para que o nosso futebol não seja, por mais vezes, denegrido e injustiçado pela crônica carioca; principalmente porque se alguém é culpado de tirar o time do Botafogo das finais da Copa Brasil, este alguém é do Paraná, é paranaense. Aceitamos e reconhecemos isto.

Mas é um jogador chamado Everton, que fez dois gols e que tirou, que eliminou o futebol do Botafogo de disputar

a finalíssima. Que não venham agora querer culpar a arbitragem só porque o juiz é do nosso futebol.

Não aceitamos, de forma alguma, esse tipo de imposição da crônica carioca, e principalmente dos despreparados dirigentes do futebol carioca. Se eles não têm condições de colocar clubes que tenham habilidades técnicas a fim de ganhar partidas no campo da luta, que não venham agora transferir responsabilidades a terceiros.

Não aceitamos, de forma alguma, esta descabida acusação contra o nosso futebol, através da arbitragem de Bráulio Zanotto.

Por isto, mais uma vez, solicitamos aos demais companheiros da Assembléia Legislativa do Paraná, para que não fiquemos omissos nesse caso. Que a nossa participação seja de apoio ao juiz paranaense e seja de apoio, principalmente, ao futebol do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). “Nesses dias vimos um espetáculo constrangedor. O ladrão de bancos, Ronald Biggs, retorna ao País por esforços do Governo brasileiro, beija o solo pátrio e se transforma em herói fabricado pelos modernos meios de comunicação. Parece que toda a Nação esperava, ansiosa, a volta do ladrão inglês. Não se viu tanto esforço, senhores, nos últimos 17 anos, para que qualquer cidadão que estivesse afastado do País para aqui retornasse. E o Governo mostrou ter condições de exigir, de pressionar, de gestionar em defesa do ladrão.

Pois bem, senhores. Por que este mesmo Governo não envidou qualquer esforço para fazer retornar ao País o casal de uruguaios seqüestrado: no Rio Grande do Sul, Lilian Celiberti e Universindo Diaz? Dois exilados políticos, pessoas que saíram de seu país por terem cometido não assaltos a trem, mas por terem se constituído em pessoas que se opõem, politicamente ao Governo?

Esses dois uruguaios foram seqüestrados pela polícia uruguaia, em convênio com a polícia brasileira, como demonstrou largamente a imprensa. No entanto, quando os policiais uruguaios ferem a soberania nacional, quando militares de outro país invadem nosso Território, manchando autonomia do nosso País, o Governo nada fez. Permitiu que isso acontecesse, simplesmente.

Portanto, senhores, vemos que a proteção aos ladrões, é certa, por parte de nossas autoridades. A proteção a exilados políticos, não. Pelo Contrário. Permite-se tudo, mesmo que seja ferida nossa soberania. Deduz-se portanto, que para o atual Governo, nossa soberania só é manchada quando seqüestram ladrões.

Lembro, senhores, que um Padre, Vito Miracapillo, foi expulso do País porque se opôs contra o Governo. O mesmo Governo que faz esforços para expulsar o padre, para permitir o seqüestro político, faz o esforço para recuperar o ladrão e colocá-lo em liberdade e tranqüilo a viver as delícias do ócio remunerado pelo dinheiro do roubo.

Esses fatos atentam contra nossa consciência democrática e exigem o protesto. Exigem o repúdio de democratas e do PMDB, partido que põe o respeito à dignidade da Nação acima dos interesses dos ladrões, Partido que entende que o exílio político é uma instituição gravada em nossa história, como tradição mais alta que deve ser defendida. O PMDB, entre os ladrões e os democratas, fica com os democratas”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê). “Após o encerramento da temporada de verão, através desta tribuna, desejamos ressaltar a atuação do Departamento de Estradas de Rodagem, no atendimento aos balneários do nosso litoral este ano castigados por abundantes chuvas nos meses de dezembro e janeiro.

Face ao imprevisto, o Departamento da Estrada de rodagem, por determinação do Governo do Estado, efetuou a operação denominada “DER nas Praias” entre os dias 05 de fevereiro a 15 de março.

Devido a grande extensão que abrangia esta operação, (cerca de 80 km), os serviços foram divididos em três frentes principais:

- a) Garuva - Guaratuba (Ferry-boat) - 40 Km
- b) Caiobá (Ferry-boat) - Praia de Leste - 22 Km
- c) Praia de Leste - Pontal do Sul - 18 Km.

Na frente Garuva - Guaratuba (Ferry-boat), o principal serviço executado foi a operação “tapa-buraco” na Rodovia BR-412, que apresentava péssimas condições de rolamento em toda a extensão de 40 km. Foi executada também esta operação nas ruas pavimentadas de Guaratuba, Av. 29 de Abril, Av. Curitiba, Av. Ponta Grossa.

Na região das Caieiras, em Guaratuba, foi executada uma galeria com 180 metros de comprimento, drenando uma vasta área onde continuamente ocorriam alagamentos em residências.

Na cidade de Guaratuba, foram patroladas diversas ruas não pavimentadas, além da recuperação de bueiros e valas obstruídas, bem como a execução de 60 metros de bueiros em travessias de ruas da cidade.

No Bairro de Piçarras, foram executados cerca de 1.500 metros de valas a céu aberto, para desvio de águas que provocavam erosões nas ruas e terrenos daquela localidade.

Foram ainda executados serviços de melhoramentos na estrada que liga Garuva ao Rio Cubatão, no Município de Guaratuba, com revestimento do leito da estrada, numa extensão de aproximadamente 30 km.

Para os serviços acima mencionados foram utilizados os seguintes equipamentos:

- 2 motoniveladoras com 467 horas trabalhadas;
- 2 retro escavadeiras com 563 horas trabalhadas;
- 1 pá carregadeira com 289 horas trabalhadas;
- 5 caminhões basculantes com 1.183 horas trabalhadas;
- 1 escavadeira mulher Fucks com 125 horas trabalhadas;
- 10 operários para execução de serviços manuais.

Nesta frente foram utilizadas duas equipes de 18 homens, para a operação tapa-buraco, bem como equipamentos e veículos do DER.

Durante o período de operação, três roçadeiras à gasolina estiveram operando na limpeza de passeios e acostamentos de estradas.

Cada frente de serviço foi dirigida por um engenheiro e dois encarregados, sob orientação de um engenheiro supervisor.

Na frente de serviço Praia de Leste - Caiobá (Ferry-boat), além dos serviços normais de patrolamento das ruas (cerca de 80 km), foram executados bueiros para esgotar regiões alagadiças, bem como valetas a céu aberto e limpeza de outras existentes. Em Matinhos, foram realizados 420 metros de galerias de águas pluviais na avenida que liga o contorno de Matinhos com a PR-412, e atualmente estão sendo restaurados 320 metros daquela avenida que se encontrava em péssimas condições de tráfego.

Nesta frente de serviço foram utilizados os seguintes equipamentos:

- 2 motoniveladoras com 840 horas de trabalho,
- 1 retro escavadeira com 188 horas de trabalho;
- 3 caminhões basculantes com 1.260 horas;

1 escavadeira Ponclain com 72 horas de serviço.

10 operários para execução de serviços manuais.

Na frente de serviço compreendida entre Praia de Leste e Pontal do Sul, foram executados serviços de recuperação de ruas, preenchimentos de locais de atoleiros com areia, bueiros, valas, etc. Foram ainda executados, como serviços especiais, a reconstrução de um pontilhão de madeira no acesso a Itapema, o revestimento com pedrisco em aproximadamente 200 metros, no acesso à Praia de Leste e a execução de um bueiro na PR-412, em Pontal do Sul.

Nesta frente foram utilizados os seguintes equipamentos:

3 motoniveladoras com 1.260 horas de serviço;

2 retro escavadeiras com 376 horas trabalhadas;

7 caminhões basculantes com 2.940 horas de serviço;

10 operários para os serviços manuais.

Ainda na frente de serviço Pontal do Sul - Caiobá, trabalharam na jazida de materiais arenosos os seguintes equipamentos:

1 pá carregadeira com 790 horas trabalhadas;

1 trator de esteira com 34 horas de serviço.

Na PR-412, foi executada a operação tapa-buraco, entre Praia de Leste e Caiobá (Porto de Passagem), numa extensão de 21 km.

Foram atendidos ainda com serviços diversos, os balneários: Pontal do Sul - Shangrilá - Grajaú - Itapema - Primavera - Canoas - Praia de Leste - Riviera - Monções - Matinhos - Caiobá e Prainha.

Durante a operação denominada "DER nas Praias", que totalizou 80 quilômetros de extensão, foram utilizados os seguintes equipamentos:

1 trator de esteiras com 34 horas de serviço;

1 pá carregadeira com 1.079 horas trabalhadas;

1 escavadeira Muller Fucks com 125 horas de trabalho;

1 escavadeira Ponclain com 72 horas;

5 retro escavadeiras com 1.127 horas de serviço;

7 motoniveladoras com 2.567 horas de serviço;

15 caminhões basculantes com 5.383 horas de serviço;

30 operários para serviços manuais durante o período de 45 dias.

Como se observa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado vem cumprindo suas metas de interiorização, auxiliando de todas as maneiras as Prefeituras, quer colaborando em casos excepcionais como na operação "DER nas Praias", bem como destinando verbas para pagamento de professores, para melhorias urbanas, ampliação de redes de iluminação, pavimentação de ruas, conservação de estradas municipais, construção de pontes e bueiros, etc., atribuições que anteriormente eram de exclusiva competência das Prefeituras Municipais."

Este relato que concluímos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidencia o interesse do Governo do Estado, atendendo as Prefeituras mais carentes, no caso, as de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.

E, doravante, posso assegurar, operações dessa natureza, nos balneários, serão uma constante, não apenas na época de temporada, como foi no presente caso, mas, antecipadamente, previamente, serviços que se julguem necessários, serão feitos em nossos balneários, para que os milhares de turistas que demandam ao nosso litoral, nas férias de verão, possam ter melhores condições para ali permanecerem, mais conforto e melhor assistência, por parte do Governo do Estado.

O que acabamos de relatar é uma realidade, pois que sem o auxílio do Governo do Estado naqueles municípios do litoral, tenho certeza que, por incúria administrativa, alguns, e por falta de recursos de outros, essas obras jamais seriam realizadas, pondo em risco a segurança dos turistas que afluem ao litoral nas épocas de começo de ano.

Parabenizamo-nos com o Sr. Governador do Estado, com

o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida, e com o Dr. Merlin, Diretor do DER, pela atenção inusitada com que se houveram naquela oportunidade, e pelo carinho com que se dedicaram numa hora em que aqueles municípios muito necessitavam e não tinham de quem cobrar, já que os Srs., Prefeitos, a quem eram dirigidos apelos sucessivos, faziam ouvidos de mercador.

Portanto, com a atuação do Governo do Estado, DER e Secretaria dos Transportes, são dignos de todos os louvores. E, aqui desta tribuna, nós, que representamos aquela região nesta Casa, mostramos nossa satisfação por termos solicitado aqueles serviços e por termos tido um pronto atendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

"Vivemos uma profunda crise que abala nossa economia. Que agrava todos os aspectos da vida e vai colocando na ordem do dia a ameaça do caos. Podemos dizer que esta é a primeira crise de capitalismo no Brasil, uma crise interna, de super-produção, crise financeira com a inflação de 120 por cento e com os déficits das balanças comerciais e de pagamentos crescendo dia a dia.

Esta crise, Srs. foi produzida nos marcos deste regime. É o resultado do próprio modelo econômico implantado a partir de 1964, e que objetivou, antes de tudo, entregar a economia do País ao controle de interesses estrangeiros.

E sobre quem se abata esta crise, Senhores?

Os ônus se abatam sobre a classe operária e sobre o conjunto de trabalhadores. Na época de expansão, de crescimento da economia, dizia o mesmo Ministro Delfim Neto, que não era possível distribuir a renda. O certo era esperar o bolo crescer para depois, dividi-lo. Os trabalhadores brasileiros foram então duramente reprimidos em seus movimentos reivindicatórios, proibidos que estavam de exigir maior participação nos resultados da geração de riqueza no País.

Hoje, em crise a economia, o que diz o Ministro Delfim Neto? Que os trabalhadores devem apertar mais os cintos para que o País supere suas dificuldades.

Entre os efeitos mais aviltantes desta crise para os trabalhadores, está, sem dúvida, o desemprego. A recessão vem diminuindo investimentos, reduzindo a atividade de grandes empresas, limitando o mercado de trabalho. E os brasileiros que esperavam o bolo crescer, agora se vêem sem ao menos a segurança do trabalho mal pago.

Esta a realidade, senhores, nesta semana que antecede a mais uma comemoração do Dia Internacional do Trabalho, data comemorada em todo o mundo pelos operários e trabalhadores que constroem o progresso da humanidade, comemorado o trabalho como atividade fundamental que caracteriza o homem, lembrando a exploração do homem pelo homem, daqueles que retiram do trabalho da maioria sua fonte de riquezas. No Brasil, neste ano de 1981, certamente o "Dia do Trabalho" será comemorado com sabor amargo pelos trabalhadores do campo e da cidade. Será comemorado com o sabor amargo do desemprego, da fome e da insegurança.

O Governo preocupa-se com a situação do capital. E vai sugerindo soluções. Reduzir o horário de trabalho como forma de reduzir custos, proposta rechaçada pelos operários da Volkswagen, que sabem que isto significa na verdade, redução real de seus salários. Uma boa solução para os empresários mas péssima para os trabalhadores. Os quarenta milhões de migrantes, um terço da população que andam por este País à procura de uma oportunidade de trabalho, de sobrevivência, certamente não comemorarão este dia internacional do trabalho, no País,

com sabor de vitória. Mas sim, o sabor amargo da miséria.

Comemorarão o dia 1.º de maio com os fantasmas da morte, da doença, do desespero que agravam a situação de nossos trabalhadores.

O Governo, por certo, também fará sua comemoração. Todos os anos o faz. Vai tentar reunir trabalhadores para mais uma vez repetir a farsa da festa comemorativa do seu progresso, que é o progresso do capital, o progresso e a opulência dos grupos monopolistas estrangeiros que fizeram deste País um País de escravos a serviços de seus interesses.

Certamente teremos governadores não eleitos pelo povo fazendo discursos, bandas militares tocando marchas, autoridades distribuindo diplomas.

Mas esta festa oficial não esconderá a desesperança dos trabalhadores deste País que amargam uma realidade feita de ignomínias, de arbítrio e de violência que caracterizam, para os trabalhadores, esses anos duros que foram inaugurados pelo movimento militar de 1.964.

Em nosso Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta crise e seus efeitos se observam com a mesma intensidade. O tipo de desenvolvimento econômico projetou uma agricultura voltada para a ampla utilização de bens de capital desfavorecendo a utilização intensiva do trabalho. A agricultura de exportação baseada principalmente na produção de soja e trigo, estimulou a concentração da propriedade da terra, expulsou o pequeno proprietário, transformou-o em assalariado rural, denegriu-o como produtor e trabalhador, aviltou-o e por fim, expulsou-o.

Nas cidades o quadro é o mesmo. As indústrias que o Governo afirmava que criaria com a atração, através de benefícios altos para as multinacionais, não surgiram. Dizia-se, há alguns anos, que as indústrias a serem instaladas na Cidade Industrial de Curitiba poderiam gerar quarenta mil empregos por ano.

Nos últimos três anos foram gerados apenas dezoito mil empregos, seis mil por ano, muito abaixo do projeto original.

O desemprego, no Paraná, está por volta de 10,6% segundo cálculos de técnicos vinculados a organismos de subempregos, de trabalhadores temporários sem estabilidade que cercam a periferia de nossas cidades grandes e médias. E este dado tende a aumentar, se levarmos em conta o índice cada vez maior de falências, concordatas e inviabilização geral das nossas pequenas e médias empresas paranaenses, aquelas que mais utilizam mão-de-obra.

O tipo de desenvolvimento capitalista dependente gerou no País desigualdades regionais evidentes. Ao Paraná demonstrou-se a inviabilidade de sua industrialização nos marcos do atual sistema, principalmente pela proximidade à concentração de recursos e capitais do centro dinâmico da economia, eixo Rio-São Paulo.

As promessas, portanto, de novos empregos são falsas. O Estado, como demonstrou o último censo, tende a esvaziar sua economia e a reduzir sua população. Somos um povo sem perspectivas porque temos uma economia não orientada para nossos interesses. Pelo contrário, toda ela é decidida e planejada por centros de decisões ou fatores que escapam ao controle do Estado.

O desemprego, Srs., também no Paraná chegou à classe média.

Atinge categorias mesmo de formação universitária: médicos, engenheiros, professores, jornalistas. E centenas de bancários, comerciários, enfermeiros e outros empregados no setor de serviços vão penando os resultados daquilo que o Governo e os empresários monopolistas decidiram caracterizar como apenas uma crise setorial.

Este, senhores, é o lado negro de nossa realidade. O lado do povo. O lado onde a miséria, a fome, a doença cami-

nam juntos com o desemprego e o arrocho salarial. O dia 1.º de maio certamente será um momento de luta dos trabalhadores. O Governo e aqueles a quem ele beneficia certamente tentará mascarar o caráter de luta, como já dissemos. Mas dificilmente conseguirá dar um ar festivo a este dia que, temos esperanças, no futuro será comemorado como um dia das conquistas dos trabalhadores, um dia em que o homem para refletir e comemorar os feitos que resultaram fundamentalmente de seu esforço. Um dia que enobrece a espécie.

Este ano, a marca do "Dia do Trabalho" será a falta de trabalho para milhares de paranaenses e brasileiros. Uma situação fruto da irracionalidade deste modelo econômico e dos interesses que o projetaram. O Governador Ney Braga afirmou, quando de sua posse, que sua maior preocupação em sua administração seria o homem, a qualidade de vida, o bem-estar social. Não há nada disso quando não há trabalho. E de nada adiantam campanhas demagógicas. De nada adiantam discursos publicitários quando o homem não tem assegurado um direito fundamental, o direito ao trabalho.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Darcy Deitos, o PMDB assume a tribuna de todas as Casas Legislativas esta semana, do Congresso Nacional às Câmaras Municipais, passando pelas Assembléias Legislativas, para que sejam levantados os temas relacionados à questão do desemprego, à questão da legislação social trabalhista, à questão da estabilidade, do seguro ao desemprego, das condições de vida do trabalhador. Porque esse, é o Partido realmente, que tem se identificado como uma grande trincheira em defesa do trabalhador brasileiro, essa maioria esmagadora deserdada, desprivilegiada e que está aí, à beira do caminho, assistindo a andança do modelo econômico totalmente inócuo para os interesses brasileiros.

Por isto, esta Liderança quer cumprimentá-lo pela grandeza do pronunciamento, que passa da análise nacional para a estadual e vice-versa e também, desmascarando o que é a farsa oficial de fazer do dia 1.º de maio um dia festivo, quando é um "Dia do Trabalho". Basicamente, é um dia de luta. Inclusive, foi instituído para comemorar uma das primeiras greves que tivemos, com um saldo de mortos e feridos, quando se procurava melhorar as condições de trabalho e ampliar exatamente alguns benefícios ao trabalhador.

É, portanto, um dia de luta. De luta num País onde o trabalhador é o grande marginalizado.

Neste instante, quando ouvia atentamente o seu pronunciamento, Vossa Excelência também passava, na sua análise com muita propriedade, que hoje a questão desemprego, a questão baixo-salário, atingem todas as categorias, inclusive as de formação universitária.

Haja visto que tivemos nos últimos dias estampadas nas primeiras páginas dos jornais, quando o Governo, em ameaça de greve eminente, de médicos residentes, procura já colocar o castigo de que serão demitidos. É assim que este Governo trata. No ABC e no resto do País, o trabalhador é tratado como questão de polícia. O médico mesmo, que está numa situação caótica de saúde, que todo o mundo hoje vê, após uma Campanha de Fraternidade ainda mais, está num desencontro.

Portanto, não há neste País hoje, a não ser aquela minoria de uma elite privilegiada, não há quem hoje possa encontrar uma justificativa para festejar o dia 1.º de maio. Há que se fazer deste dia um dia de novas lutas. Dar importância do trabalho suplantando o capital, para que o homem seja efetivamente o centro de todas as decisões de uma sociedade de seu Estado constituída.

Parabéns, e tenho certeza que nos outros pronunciamentos que teremos durante a semana, no Grande Expediente como horário da Liderança, faremos do tema "trabalho", da

questão desemprego, das questões de salário, das questões das condições do trabalhador, como o carro-chefe dos assuntos desta semana por parte do PMDB em todo o Brasil.

Muito obrigado e parabéns pelas suas colocações.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o seu aparte, eminente Líder de nossa bancada, Nilton Friedrich, porque Vossa Excelência posicionou-se muito bem.

O trabalho, neste País, sempre foi vilipendiado por quem comanda esta Nação após o “Golpe de 64”.

No último domingo, quando o País inteiro teve oportunidade de assistir, pela Rede Bandeirantes de Televisão, uma entrevista daquele que é o protótipo do sistema implantado na Nação brasileira, o Governador de São Paulo, Paulo Malluf, onde fez uma colocação dizendo de que os trabalhadores são o maior patrimônio das empresas nacionais.

Vejam a visão dos empresários desta Nação, tendo os trabalhadores como seu patrimônio, mas não dão a devida remuneração para quem é um patrimônio efetivo da empresa, que é o suor, que é o sangue do trabalhador brasileiro.

Paulo Malluf encara, sem dúvida alguma, tudo o que o sistema de 64 fez contra os trabalhadores brasileiros, vilipendiando salários, tirando estabilidade, distribuindo a miséria que campeia nesta Nação.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida. Gostaria de concluir mais um tópico aqui de nosso pronunciamento, em seguida lhe darei o aparte com muita satisfação.

Logo no início, o regime tratou de destruir uma das grandes conquistas dos trabalhadores brasileiros: a estabilidade no trabalho.

Uma das medidas de defesa do capital que se viu livre do encargo, quando não lhe interessa mais manter um trabalhador na empresa.

Aos trabalhadores, o regime fez questão de manter todas as obrigações perante o capital e estimulou, inclusive, o arrocho salarial.

Agora, com a crise, todas as medidas que levam os trabalhadores a assumir a crise, onde ficaram as promessas do regime?

Onde ficaram as promessas do Governador Ney Braga?

Não levantem, Sr. Presidente. Srs. Deputados, as velhas anedotas da crise do petróleo, das crises setoriais, das crises da inflação e da crise do chuchu.

Não é momento para se fazer anedotas com uma situação tão grave.

Estamos tratando da desesperança deste povo que já não tem mais nem a oportunidade de dialogar por baixo preço sua força de trabalho, sua capacidade de produzir, porque este País foi levado ao desastre.

Qualquer justificativa do gênero será mais um acinte aos trabalhadores deste País, que, em toda a sua história demonstraram a sua pujança, sua capacidade produtiva, sua vocação para construir um País grande, forte, e de população saudável e feliz, mas, infelizmente, é explorado pela elite dominante do grande empresariado nacional, aliado com as empresas multinacionais”.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Darcy Deitos, o pronunciamento que Vossa Excelência faz, abrindo a semana em que a Oposição lembra e relembra dentro da hierarquia de valores humanos, a supremacia do trabalho sobre o capital, a supremacia do trabalho como a grande qualidade do homem a diferenciá-lo efetivamente de qualquer outra peça do processo produtivo. E Vossa Excelência falava em Paulo Sallim Malluf,

Vossa Excelência falava em exemplo típico deste regime autoritário que aí está.

Mas veja Vossa Excelência que aqui no Paraná, as coisas não correm diferentes.

O autoritarismo, também, criou produtos específicos.

Veja Vossa Excelência que nos dados que durante os anos de 79/80 nós recebíamos aqui na primeira metade da nossa legislatura, da Secretaria do Planejamento, do IPARDES e de outros órgãos de assessoria técnica do Governo, esses dados davam uma população prevista para o Paraná, de dez milhões e trezentos mil habitantes.

Vieram os dados oficiais do recenseamento, e a população do Paraná foi reduzida aos dados reais de sete mil, trezentos e oitenta habitantes, portanto não chegando a sete milhões e quinhentos, dando uma defasagem de dois milhões, novecentos mil habitantes, para os dados levantados estimativamente pelos órgãos do planejamento e para os dados reais.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência comunica que Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — O Deputado Darcy Deitos utilizará o horário da Liderança do PMDB para concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Perfeito. Vossa Excelência tem mais quinze minutos, Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Renato Bernardi — Então, veja Vossa Excelência que esses dois milhões e novecentos mil habitantes, esses paranaenses que não estão aqui, foram aqueles que sofreram mais violentamente na própria carne, os resultados de uma política elitista privilegiante, e sempre a favor do capital e contra a força do trabalho.

Onde estão esses dois milhões e novecentos mil paranaenses?

Estão na região metropolitana de São Paulo, estão nos grandes centros de São José dos Campos, de Campinas, de Sorocaba, de Ribeirão Preto, de Rio Preto. Estão na Amazônia, estão no Paraguai.

Mas, muitos deles ex-proprietários rurais e que hoje estão engrossando a fileira dos marginalizados, daqueles que oferecem a sua mão-de-obra e não a têm por ela, devida remuneração.

Se há um Estado do Brasil em que deva a classe política refletir profundamente sobre as relações do trabalho, esse Estado é exatamente o Estado do Paraná.

E Vossa Excelência é muito feliz quando tenta levantar esses pontos de reflexão.

As relações de trabalho no Estado do Paraná devem merecer, por parte da classe política, uma reflexão muito séria. Porque, o que há de mão-de-obra tangida para outros centros, de mão-de-obra inclusive juvenil e feminina, sendo exploradas por determinadas máfias do Paraná, é uma coisa impressionante que caberia a esta Casa e a classe política, uma reflexão muito séria.

Mas, Vossa Excelência está de parabéns e esperamos que estes pontos que o Partido traz à reflexão, durante a semana, sirvam, efetivamente, para melhorar as condições de trabalho no Brasil e, especialmente, no Paraná, onde a situação está aflitiva, angustiante.

O SR. DARCY DEITOS — Agradecemos o aparte de Vossa Excelência. O Paraná, realmente, é um caso muito sério. A industrialização do Paraná é uma piada. Estamos aí, anualmente, com a Feira da Indústria do Paraná, mas uma indústria que é calcada num modelo paulista.

Quer dizer, pregou-se aos quatro ventos, por este Governo, nas suas diretrizes globais, altamente decantadas nesta Casa e pela imprensa, que iria se descentralizar, que iria se investir nas regiões-sedes, nas micro-regiões polos, bastante dinheiro para segurar essas pessoas que saíram do campo para que não viessem inchar a grande Curitiba e aumentar os problemas que ela já tem.

Mas foi uma mentira.

Falo como exemplo, pela minha região: Campo Mourão que foi uma das que mais se esvaziou. Para que Vossa Excelência tenha uma idéia do êxodo de minha região, só a sede da micro-região, Campo Mourão, com uma expectativa de 130 mil habitantes, quando concluiu-se o Censo, verificou-se que Campo Mourão não havia chegado aos 77 mil habitantes.

Isso vem demonstrar que não houve o investimento esperado, não houve o trabalho esperado por parte do Governo, para que se fixasse os homens nas suas regiões, que eram pequenos proprietários, e venderam suas propriedades quando veio a mecanização no Interior do Estado. Faltaram condições para que se desenvolvessem pequenas indústrias, ou se desse condições para que se atraíssem grandes indústrias, com incentivos do Governo, além de impostos, com a infraestrutura necessária, porque, qual a empresa que vai se instalar no interior, se ela não tem pelo menos a estrutura básica e de graça, que os grandes municípios brasileiros têm e dão, e por isso mesmo é que atraem essas grandes indústrias, nas suas cidades?

Mas, no Paraná, coitado do Paraná, faz-se uma demagogia imensa pelo rádio, pela TV, de que o Governo Ney Braga, nestes dois anos e pouco, realizou tudo o que era esperado pelo povo.

E pergunto: os 10 milhões de paranaenses que eram esperados pelo Censo, que não chegaram aos sete milhões e meio?

Por que saíram do Paraná, como bem colocou Vossa Excelência?

Saíram porque seus anseios não foram atendidos. Suas necessidades básicas não foram atendidas. Porque, o Governo do Paraná, nestes dois anos, como temos afirmado, nada fez de concreto para o bem-estar do povo paranaense.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência, aliás muito brilhante e oportuno.

E não queria perder a oportunidade de lembrar que o atual Governador, de certa feita, criticava o seu antecessor porque anunciava, no rádio e televisão, que havia construído tantos metros de asfalto, tantas salas de aula, dizendo que administração não se media com asfalto, com cimento nem com concreto. Fazia uma crítica à administração anterior.

Hoje, vemos essa repetição, através do rádio, da televisão, anunciando tantas salas de aula, enfim, uma propaganda imensa, gastando dinheiro que muito bem serviria para atender necessidades prementes da administração pública do Estado.

Mas, não queria perder também a oportunidade, diante do aparte tão bem lançado do eminente Deputado Renato Bernardi, é que ainda hoje li no "O Estado do Paraná", uma estatística de Curitiba, em que se fez uma pesquisa, constatando-se que 40 por cento da massa ativa está com salário inferior ao mínimo e aproximadamente 25 por cento com pouco mais do mínimo.

Quer dizer, quero saber qual é o operário, qual é a pessoa que pode sobreviver com o salário mínimo?

Quer, dizer, é praticamente impossível e o Paraná está empobrecendo dia a dia, o povo está empobrecendo. Por que?

Porque não temos uma administração voltada para o que é fundamental neste Estado. Estamos aí, verificando o que? Uma propaganda no rádio e na televisão, daquilo que nem se fez.

Está se falando em PRÓ-RURAL, numa propaganda do PRO-RURAL, quando ainda o dinheiro, segundo se sabe, está no exterior; nem se iniciou e já se está gastando o dinheiro "à rodo", através da imprensa, do PRÓ-RURAL. Quer dizer, o Estado está empobrecendo, mas que os governantes, ao invés de economizar o dinheiro para aplicar em coisas fundamentais, no interesse do Estado e da população, gastam o dinheiro em suas promoções pessoais. O que está acontecendo no Paraná e no Brasil nos dias atuais, é revoltante. Não dá para engolir mais.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado Lineu Turra, mas há um trecho do Livro dos Livros, a Bíblia, que diz que quanto mais gordo é o capital, mais cevado o seu escravo, e aqui é o contrário. Quanto mais as multinacionais e o Governo enchem as burras, mais passa fome o seu povo.

Este é o Brasil que esta gloriosa Revolução de 64 fez, Deputado Lineu Turra. O que se fez nesta Nação? Privilegiou-se o capital internacional, privilegiou-se o grande empresariado nacional que deu sustentáculo a essa ditadura implantada desde 1964.

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, Deputado.

Porque eu me reportaria ainda, respondendo ao seu aparte, com referência ao PRÓ-RURAL. A mim, o PRÓ-RURAL como já tive oportunidade de aqui desta mesma tribuna tecer comentários a respeito, nada mais é do que um programa encetado por este Governo para valorizar uma área de terras dentro do Paraná, onde se encontram os maiores latifúndios que ainda não tinham a infraestrutura necessária. Os latifúndios desta região do Estado, vão deitar e rolar com os investimentos de duzentos e tantos milhões de dólares que serão investidos nos próximos quatro anos por este Programa PRÓ-RURAL.

Quer dizer, nada mais foi do que beneficiar o grande capital do sul do Estado do Paraná, mas se Deus quiser, Deputado, a História, a partir de 82, será outra, porque às mãos de outros homens, de outras plagas deste Estado, vão tomar o leme do Palácio Iguaçu e vão conduzir este povo ao seu grande destino de progresso.

Concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso — Nobre Deputado Darcy Deitos, estamos ouvindo com atenção o discurso de Vossa Excelência, e não é surpresa para esta Casa, a presença de Vossa Excelência, marcante, trazendo assuntos sempre da maior importância ao Paraná e ao Brasil.

Entretanto, devo apresentar algumas discordâncias ao seu discurso, quando pinta um quadro todo negro da Nação brasileira e do Estado do Paraná.

Não poderíamos ouvir de Vossa Excelência elogios à administração federal. Quando Vossa Excelência diz que está tudo mal, que está tudo ruim, nós não vemos assim.

Há, realmente, falhas, nas administrações, diversas, muitas, em muitos aspectos. Mas não está tão negro assim.

Em 1955 a 1960, lembro-me bem, fui Secretário da Prefeitura de Nova Esperança. Não faz muito tempo na história de um país, quando o agricultor, a esposa do lavrador ia à maternidade, ao hospital ter um filho, ficava a mulher presa no hospital até seu marido, ou alguém sair às ruas, fazendo listinhas e pegando subscrição pública para tirar a mulher que teve um filho no hospital ou que teve um seu parente qualquer hospitalizado.

Faz pouco tempo na história de um País. Vou dar a Vossa Excelência um outro exemplo aqui, que Vossa Excelência vive, eu estou aqui já na 3.^a legislatura, era comum entre tanto, chegar em meu gabinete, trabalhadores, não indigentes, trabalhadores do Paraná, que vinham aqui recorrer à assistência social hospitalar. E era um drama, porque os IPTS, os IAPC, IAPETEC e os... só funcionava o IAPB, Vossa Excelência lembra bem. Os lavradores eram escravos, eram chamados de miseráveis aqui. Daí é que se começou a denominar o trabalhador rural de indigente, nunca admitindo. Aqueles institutos de previdência não atendiam.

O INPS, o INAMPS, não atende a 100% dos casos, mas vem atendendo.

No Brasil, se fez, nesse aspecto social, muito. Concorro com Vossa Excelência que muito está por se fazer. Outra coisa quero dizer a Vossa Excelência que é tópico em seu discurso, talvez, Vossa Excelência, tenha dado maior ênfase a esse aspecto do Pró-Rural. E, Vossa Excelência discorda, agride, quando está na fase de elaboração do propósito de se executar um trabalho dos mais sérios. E não admita Vossa Excelência, que o Governo do Estado teve sequer um momento, a intenção de privilegiar quem quer que seja, proprietários daquela área. Porque o Sr. Governador Ney Braga, que Vossa Excelência conhece tão bem, desprovido de quaisquer interesses pessoais, jamais faria em seu segundo Governo do Estado tal obra, pensando no benefício particular não dele, mas de outros. Quero dizer a Vossa Excelência que o Estado do Paraná, nunca esteve em melhores mãos.

Vossa Excelência e o Paraná, conhecem, Ney Braga é a história do Paraná. Não se poderá jamais alguém, escrever sobre o Paraná, se não falar em Ney Braga. Honrado, capaz, deu tudo e é o Paraná.

Portanto, nós não poderíamos ouvir de Vossa Excelência, representante da Oposição, o PMDB, elogios ao Governo do Estado que Vossa Excelência conhece muito bem Ney Braga.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência, nobre Deputado

Basílio Zanusso, fez uma citação que para mim é um direito elementar à vida. Mas, o que se paga neste País de FUNRURAL, o que se paga neste País de INPS para o povo ter o atendimento necessário. Só o Paraná recolheu no último ano quase 3 bilhões de cruzeiros de FUNRURAL. Ora, é elementar nobre Deputado.

Agora, quanto ao Pró-Rural, eu já expus o meu pensamento anteriormente e tornei a repeti-lo hoje. Mas, concluo Sr. Presidente, dizendo que o nosso Partido, o PMDB, tem sobre a questão salarial uma visão bem nítida. Em seus princípios, afirma que os interesses do trabalho se porão sempre acima dos interesses do capital.

Tenho certeza, que é o cumprimento desse princípio que falta a este País tão rico, para tornar-se uma Nação próspera, uma Nação marcada pelo progresso. Projeto de ampla maioria dos brasileiros e que este regime conseguiu até aqui frustrar.

Nós do PMDB, saudamos os trabalhadores deste País, como o Partido que representa seus interesses. Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este 1.^o de Maio, ainda será um “Primeiro de Maio” de desesperança, que encaminha a luta para a conquista de “Primeiro de Maio” que nossos trabalhadores bem merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. (Ausente).

Ausente, consulto à Liderança do PP. (Declina).

Tendo declinado, no horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Curitiba, como todos os Srs. estão cientes, torna-se nessa semana o foco de debates em torno de uma questão interessantíssima; uma questão de transcendental importância ao processo de fuga da crise energética. Debates, esses, que atraem à Capital paranaense, técnicos de todos os Estados brasileiros, e mais do Paraguai e Holanda.

Debates em torno da problemática de aproveitamento de nossos rios — das propaladas e tão pouco aproveitadas hidrovias; caminhos que, no passado, significaram a penetração e exploração de terras virgens: caminhos que levaram os bandeirantes a descoberta de novas riquezas.

Dessa primeira oportunidade de debates que os técnicos e interessados no assunto têm de concretizar em conjunto, dentro do Primeiro Seminário Nacional de Hidrovias — que na sessão de abertura reuniu o Governador Ney Braga, o Presidente da PORTOBRÁS, Oscar Markus, o Secretário dos Transportes do Paraná, engenheiro Nivaldo Almeida, e um rol considerável de nomes de naípe nacional e internacional na área de navegação interior —, por certo, resultados e saldos muito positivos deverão vir à tona.

Isto porque, a galopante crise que deita sobre o setor energético em todas as nações do mundo, fez-nos voltar ao passado; as nossas origens — quando o homem via nas rotas marítimas e fluviais o caminho, o atalho aos dias melhores. Rotas que, em comparação às rodoviárias e ferroviárias, respondem com melhores e mais significativos benefícios — tanto de ordem social, na medida em que revivem pequenas comunidades ribeirinhas esquecidas no tempo, como econômica, na medida em que representam alternativas de baixo custo em termos de fretes de carga e minimização nos gastos com combustível, e ainda política, como consequência direta das duas anteriores.

Nos dias atuais, faz-se necessário que reflitamos criteriosamente sobre posicionamentos que tínhamos há bem pouco tempo. Ocasão em que os caminhos fluviais e marítimos estavam relegados a segundo e terceiro planos — ou seja, no esquecimento mesmo —, apesar de existirem de longa data, no caso brasileiro desde o século passado, trabalhos sobre aproveitamento de nossos rios, os quais provavam as boas razões para deles nos utilizarmos.

Em nosso Estado, particularmente, o potencial hidroviário é dos maiores — são vários os rios que poderiam transfigurar-se em importantes rotas de comércio. E o potencial cresce mais ainda, na medida em que se passa a explorar sistematicamente os seus potenciais de energia elétrica e se implantam grandes hidrelétricas, capazes de comportar eclusas.

Infelizmente, ainda no caso paranaense, onde as obras do setor hidroelétrico, como ressaltou o Secretário Nivaldo Almeida durante este encontro, são responsáveis pelo desaparecimento de 3.382 Km² de área cultivável, não foi previsto a implantação de eclusas — como contrapartida ao Estado para a perda representada pelas terras inundadas. Assim, também como falou o Secretário Nivaldo Almeida, “nesse caso uma medida que se impõe é a de tornar obrigatória, para aprovação de projetos de barragens para qualquer fim, a inclusão de estudos de navegação.”

Sim, é necessário que a partir desse momento, em que técnicos e Governantes unem-se na tarefa precípua de repensar e reativar as hidrovias, que o poder legislativo entre com sua parcela de participação nesse importantíssimo processo de conotações econômicas e sociais.

É necessário que passemos a juntar nossas forças ao Governador Ney Braga, ao Secretário Nivaldo Almeida, e as suas equipes de trabalho — que tanto vêm se empenhando em evidenciar nossa realidade e potencialidade nesse setor, através de iniciativas várias, através de convênios e acordos firmados

com vistas ao aproveitamento de nossas bacias hidrográficas.

Nos dias atuais, não podemos, sob inúmeras penas, ficarmos de braços cruzados ante o que nos cerca. Especificamente no setor de aproveitamento e reativamento da navegação interior - numa época em que nos debatemos com o encarecimento periódico e drástico nos preços dos combustíveis - jamais poderíamos repetir a atitude de passividade que até bem pouco tempo era a tônica nessa área.

Senhores, desta tribuna, faço um apelo: unamo-nos aos Governantes e técnicos nesta luta - que sob todos os aspectos só tem benefícios a oferecer ao nosso Estado, à Nação”.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado David Cheriegate, estou prestando atenção e acho altamente positivo para o Paraná, exatamente o levantar-se a idéia das hidrovias e da hidro-navegação.

Mas, veja Vossa Excelência que é uma parada muito pesada e muito dura para todos nós, porque, enquanto o Estado de São Paulo, já desde o ano de 1958, com o complexo de Ilha Solteira, de Urubupungá, já vinha se preocupando com a hidro-navegação, agora, apenas agora, é que o Paraná acorda para o problema.

E Vossa Excelência há de convir comigo, há “lobbies” de pressão muito fortes, do setor rodoviário. Porque estes, realmente, representados pelas empreiteiras, pelas grandes montadoras de veículos, afinal, por toda a infra e supra-estrutura montadas pelo rodoviarismo, fazem com que ele seja praticamente o filho querido de todos os governos que passaram por esta República.

Veja Vossa Excelência a situação em que está a malha ferroviária do Paraná e do Brasil, porque exatamente o ferroviário não tem “lobbies” de pressão. São órgãos, praticamente, do serviço público.

Entendo, claro, que a preocupação com as hidrovias, é uma preocupação altamente patriótica, altamente válida, e altamente aplicável para os dias de hoje.

Oxalá o Paraná possa recuperar nos meses vindouros todos os 20 anos de atraso que ele teve nesse setor.

Mas, Vossa Excelência está de parabéns ao levantar esse problema, e tem, com toda certeza, o respaldo de toda a sociedade do Paraná, para um assunto de tanta relevância quanto este que Vossa Excelência levanta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/79, de autoria dos Deputados RENATO BERNARDI e ANTÔNIO ROMERO FILHO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/80, de autoria do Deputado RENATO LOURES BUENO, que autoriza o Poder

Executivo a doar ao Município de Cascavel, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada “Reserva V”, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a “Associação Cascavelense de Amigos de Surdos - ACAS”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, com sede e foro na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais - S.O.S.”, com sede na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 06/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 12/81), que visa doar à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR e à Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, parte do imóvel denominado “Caieira”, situado no Município de Guaratuba, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, bem como outros titulares de cargos públicos, e dá outras providências que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nivaldo Antônio Grange, ocorrido na Cidade de Alvorada do Sul. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Calil Haddad, ocorrido na Cidade de Maringá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 18/81. — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicitamos a Vossa Excelência que, prioritariamente, procedesse a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.
O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.
(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não há “quorum” para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação de Escola de 2.^o Grau, no Município de Jesuítas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Presidente da República, manifestando apoio dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná, ao processo de abertura democrática em curso.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a instalação de um monocal telefônico no Distrito de Vila Ghandi, no Município de Primeiro de Maio.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Saul Raiz, titular da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios, em forma de pedido de informações com relação à distribuição das dotações de verbas aos Municípios paranaenses.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Grupo de Alcoólicos Anônimos São José, pelo transcurso do 2.^o aniversário de fundação daquele Grupo de “AA”, a transcorrer no próximo dia 25 de abril do corrente ano, na Cidade de Ponta Grossa.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, em forma de apelo para que o Banco Nacional de Habitação não venha a adotar o propalado reajuste semestral.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo seja feita a instalação do sistema de telefonia em D.D.D., no Município de Jesuítas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo as medidas necessárias para que se procedam reparos no Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Alto Paraíso, Município de Pato Branco.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex aos Srs. Secretário de Estado da Agricultura, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento e ao Diretor do Banco Central, encarecendo imediata liberação de verba aos suinocultores para a aquisição de milho.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Carajás, Município de Jesuítas.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Superintendente Regional do Instituto de Previdência Social do Paraná, a nomeação de um agente do INPS para o Município

de Prudentópolis.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Associação Profissional de Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, que engloba vigias e vigilantes da Cidade de Londrina, pela decisão de paralização de suas atividades, como meio de obtenção de salários justos.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento, aos Srs. Presidente do Banco Central do Brasil SA. e ao Governador do Estado do Paraná.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário de Estado da Administração e Secretário da Segurança Pública, encarecendo as providências cabíveis, no sentido de ser cumprido o texto da Lei n.º 7.371, publicada no D.O. n.º 897, de 07/10/80, que denominou de “Dr. Moacir Camargo Martins”, o Edifício da 10a. Sub-Divisão Policial de Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros do Planejamento, Agricultura e Presidente do Banco Central e Banco do Brasil, no sentido de que sejam reduzidas substancialmente as taxas de juros aplicadas sobre os empréstimos para investimentos agrícolas ou agropecuários.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Conselho Monetário Nacional, aos Srs. Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo um estudo coordenado desses três órgãos, no sentido de se proporcionar um substancial aumento no limite de empréstimos à pequena e à média empresa, mas com juros de crédito subsidiado.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a imediata solução do serviço de abastecimento de água em Uiratã, que funciona precariamente.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, encarecendo imediatas e inadiáveis providências com relação a conservação da estrada Curitiba, Bocaiúva e Adrianópolis, cujo tráfego está proibitivo devido ao péssimo estado em que se encontra atualmente.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, no sentido que de imediato promova a instalação de abastecimento de água na sede do Município de Jesuítas.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio de Mensagem Governamental consubstanciada na doação do terreno onde se acha edificado o Ginásio de Esportes “Moringão” em Londrina.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que encaminhe a esta Casa, o anteprojeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio e solidariedade aos funcionários da IMPLASP e MODELO, que en-

tram em greve nesta data, como única fórmula e tentativa para a solução do impasse gerado em torno do atraso no pagamento dos salários do referido quadro funcional.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor do DER e Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento ou liberação de verba para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeiras (BR 277) até o Rio Piquiri.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais deste Poder do depoimento do Sr. Secretário da Agricultura, aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário Popular", do último dia 22, analisando a situação econômica do País.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada.— Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de desagravo ao árbitro paranaense Bráulio Zanotto, que vem sendo injustificado pelos dirigentes do futebol carioca.—

— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências no sentido de ser instalado um PS no Distrito de Piquirivaí, Município de Campo Mourão.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações sobre o andamento do projeto e da execução da liga-

ção asfáltica, ligando o Município de Telêmaco Borba ao Município de Tibagi.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a construção do muro que delimita o terreno destinado ao lazer e à prática de educação física dos estudantes do Grupo Escolar "Leopoldo Mercier" no Município de Telêmaco Borba.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em memorial, após assinado por representantes das entidades de classes de nosso Estado, bem como pela maioria dos Srs. Deputados desta Casa, contendo reivindicação no sentido de que o Paraná seja representado na administração federal, com a nomeação de um paranaense para o cargo de Ministro da Agricultura.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, em forma de pedido de informações a respeito do não funcionamento do Gabinete Oftalmológico do referido órgão, na Cidade de Londrina.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, sugerindo o rompimento das relações diplomáticas que o nosso País mantém com a República de El Salvador, face ao regime de terror ali implantado.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a presença do Sr. Secretário da Indústria e Comércio e do Sr. Presidente do BADEP, a esta Casa, para em Plenário prestarem os esclarecimentos com referência a anunciada compra de ações da Empresa Volvo do Brasil Motores e Veículos S/A., pelo BADEP.— Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/80.

1a. DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei n.ºs 181/80, 191/80, 194/80, 01/81, 04/81 e 09/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 158/81
determinar o cancelamento da pensão mensal concedida a SÔNIA LEA SALLES, filha do ex-Deputado LEOVEGILDO SALLES, por motivo de casamento, mantendo-se inalteradas as demais disposições do Decreto n.º 17, de 14 de janeiro de 1976.

(Protoc. n.º 1137).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 159/81

I — prover, ILSA RICHTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra; e,

II — autorizar a funcionária acima mencionada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 2129).

Palácio "XIX de Dezembro", em 27/04/81.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 160/81

designar o funcionário MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula n.º 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão das Comissões, percebendo as vantagens e vencimentos de Assistente Legislativo A, a partir de 1.º de abril de 1.981.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 161/81

I — exonerar, PAULO DO CANTO PACHECO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 1a. Secretaria, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 051/79, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — prover, JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da 1a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. n.º 2718).

Palácio "XIX" de Dezembro, em 28/04/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 319/81

retificar a Portaria n.º 282/81, de 08 de abril de 1981, para declarar que a data da citada Portaria é a partir de 1.º de maio de 1981, e não como consta daquele Ato.

PORTARIA N.º 320/81

designar, JOUBEL HERRERA PAUPÉRIO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Adalberto Daros, a partir de 14 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2556).

PORTARIA N.º 321/81

designar, NILCE FACCI, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa, no Gabinete do Deputado Antônio Facci, a partir de 13 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2631).

PORTARIA N.º 322/81

designar, ANTÔNIO ARLINDO PEREIRA NETO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Divulgação Legislativa, até 31 de dezembro de 1.981.

(Protoc. n.º 2885).

PORTARIA N.º 323/81

I — revogar o item II, da Portaria n.º 216/81, que designou RUBENS GUAREZI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

II — revogar a Portaria n.º 132/81, na parte que se refere ao funcionário PEDRO SUDUL, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

III — designar os funcionários acima mencionados, para prestarem serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, a partir de 04 de março de 1.981.

(Protoc. n.º 2496).

PORTARIA N.º 324/81

I — revogar a Portaria n.º 133/81, na parte em que se refere à funcionária MARIA ELIZA MORO, contratada deste Poder, que designou a mesma para prestar serviços no Departamento Administrativo; e,

II — designar a funcionária já citada, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Vice-Presidência.

(Protoc. n.º 1952).

PORTARIA N.º 325/81

conceder ao funcionário ADILSON VICENTINI, matrícula n.º 110, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1980, a partir de 23 de abril de 1981.

(Protoc. n.º 2900).

PORTARIA N.º 326/81

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula n.º 516, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2526).

PORTARIA N.º 327/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula n.º 152, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 24 de março de 1976 e 24 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 1673).

PORTARIA N.º 328/81

I — revogar o item II, da Portaria n.º 142/79, de 15 de março de 1979, que designou para prestar serviços como Motorista do Gabinete da 1a. Vice-Presidência, o funcionário ELI MOCELIN CECCON, contratado deste Poder, a partir de 1.º de abril de 1981.

II — designar o citado funcionário, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 1.º de abril de 1981.

(Protoc. n.º 2654).

PORTARIA N.º 329/81

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de CARMEM APARECIDA FREGONEZE, matrícula n.º 098, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 06 de agosto de 1976 e 06 de agosto de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 02 de fevereiro de 1981, data que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(Protoc. n.º 2360).

PORTARIA N.º 330/81

conceder à funcionária EUTHÁLIA MARTINS DA SILVA, matrícula n.º 245, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais

cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 06 de março de 1981, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 2340).

PORTARIA N.º 331/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, matrícula n.º 524, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2266).

PORTARIA N.º 332/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES, matrícula n.º 311, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2110).

PORTARIA N.º 333/81

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 2477).

PORTARIA N.º 334/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais em favor de JOSÉ CARLOS JANJÃO, matrícula n.º 559, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 10 de janeiro de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 2498).

PORTARIA N.º 335/81

designar JOSÉ FELIX DE JESUS, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Motorista, do Gabinete da 1a. Vice-Presidência, a partir de 1.º de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 1300).

PORTARIA N.º 336/81

prorrogar até 31 de dezembro de 1981, a permanência neste Poder, dos funcionários abaixo relacionados, designando os mesmos para prestarem serviços, conforme especifica:

IVO MACHADO

Gabinete da Liderança do PMDB

JOSÉ ANGELI

Gabinete da 2a. Vice-Presidência

SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA

Gabinete do Deputado Paulo Camargo

(Protoc. n.º 1855).

PORTARIA N.º 337/81

designar CÉLIA MARIA IESKI PASSOS, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, a partir de 27 de abril de 1981.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1.981.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral